

# Sindicato critica regresso às aulas de forma dessincronizada nas nove ilhas

Sindicato Democrático dos Professores dos Açores considera medida inconstitucional e geradora de desigualdades entre os alunos

**NUNO MARTINS NEVES**  
nunomneves@acorianooriental.pt

O Sindicato Democrático dos Professores dos Açores (SDPA) critica a decisão do Governo Regional de arrancar com as aulas presenciais de forma faseada nas nove ilhas do arquipélago, considerando que é uma decisão que viola a Constituição Portuguesa e que cria desigualdades entre os alunos.

As aulas presenciais nos três ciclos de ensino básico e secundário arrancaram ontem nas três ilhas que nunca tiveram casos de infeção pelo novo coronavírus (Santa Maria, Flores e Corvo), seguindo-se a 18 de maio as ilhas do Grupo Central (Pico, Faial, São Jorge, Graciosa e Terceira), e São Miguel, no dia 25.

Ouvido pelo Açoriano Oriental, o presidente do SDPA, Ricardo Baptista, sublinha que esta posição já tinha sido comunicada ao Governo Regional dos Açores aquando do parecer para o Roteiro da Região para uma saída segura da pandemia Covid-19.

“Quando fomos consultados para o roteiro de saída, solicitado pelo presidente do Governo Regional dos Açores, no parecer que entregamos no dia 29 de abril concordamos com alguns dos critérios, mas fomos os primeiros a discordar e a identificar o problema”, assinala.

Em causa o princípio de igualdade, consagrado no artigo 73, que diz estar em causa quando há alunos de algumas ilhas que vão voltar às aulas pre-

senciais duas semanas antes dos estudantes de São Miguel, os últimos a voltar à escola.

“Os colegas estão preocupados com esta retoma. Através do parecer, avisamos previamente que estávamos contra a retoma presencial de forma faseada. O que está na constituição é o acesso à aprendizagem. As aulas só devem ser retomadas no mesmo dia, em todas as ilhas. Até aqui falamos de uma questão de desigualdade no sistema de telescola, então agora também temos de pensar que o mais óbvio seria a abertura ser igual para todos”, assinala, lembrando que nos anos em que há exames nacionais, eles são na mesma altura para todos.

A título de exemplo, na Região Autónoma da Madeira, as aulas vão ser retomadas para alunos do 11.º e 12.º anos a partir de 1 de junho; e em Portugal Continental a 18 de maio, também para os dois últimos anos de escolaridade.

Ricardo Baptista considera que houve “precipitação” por parte da Secretaria Regional da Educação e Cultura, deitando pela janela fora “o enorme esforço que docentes, encarregados de educação e estudantes” fizeram para o “sucesso das aulas a partir de casa”.

Na questão da segurança, o sindicalista reconhece que é uma preocupação generalizada e que querem “zelar para que no local de trabalho todas as pessoas tenham as condições de saúde e segurança necessárias, estabelecidas pelos delegados de saúde”. ♦



**Ricardo Baptista lembra que fez as críticas ainda antes de ser apresentado o Roteiro de saída da pandemia**